

Fontes para a história da comunicação político-institucional no Brasil-colônia: correspondências das câmaras municipais no acervo do Conselho Ultramarino

Denise A. Soares de Moura
Universidade Estadual Paulista
denise.moura@franca.unesp.br

Resumo

O artigo discute o potencial de pesquisa sobre as câmaras municipais na colônia oferecido pela documentação do Conselho Ultramarino digitalizada pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Através de um projeto de Extensão realizado com alunos de graduação do curso de História da UNESP foram selecionados aproximadamente 7.980 verbetes de correspondências nos quais as câmaras apareciam como remetentes ou assunto. Este trabalho gerou uma ferramenta de pesquisa disponível on line e intitulada “Nas ondas do oceano: o patrimônio histórico-documental das câmaras do Brasil-colônia no acervo do Conselho Ultramarino”. O uso desta ferramenta pode contribuir para a otimização do acesso a um conjunto documental muito conhecido dos historiadores de Brasil-colônia e para a realização de questionamentos mais abrangentes e em perspectiva comparativa de um tema que já conta com uma densa historiografia, como o das câmaras municipais.

Palavras-chave:

Câmaras municipais, Brasil colônia, Conselho Ultramarino.

Este texto discute o potencial de pesquisa e de renovação da investigação sobre governos locais no Brasil-colônia oferecido por um dos acervos mais utilizados pelos historiadores que se dedicam às temáticas do Império marítimo português: o dos documentos do Conselho Histórico Ultramarino digitalizados pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco.

Esta discussão será norteada por uma ferramenta de pesquisa confeccionada por uma equipe de estudantes de graduação do curso História da UNESP, recentemente publicada e intitulada “Nas ondas do oceano: o patrimônio histórico-documental das câmaras do Brasil-colônia no acervo do Conselho Ultramarino”¹.

¹ Denise A Soares de Moura (org.) “Nas ondas do oceano: o patrimônio histórico-documental das câmaras do Bra-

Com esta ferramenta o historiador passa a contar com um catálogo temático em formato digital que permite o acesso exclusivo aos verbetes de documentos que fazem parte da imensa massa documental enviada das capitâncias do Brasil para o Conselho Ultramarino e nos quais as câmaras aparecem como remetentes diretas, indiretas ou como assunto.

Este total estimado de 7.980 verbetes, agora reunidos em um único catálogo, pode ser submetido à aplicação de outras metodologias de trabalho com a documentação do Conselho Ultramarino e em relação ao tema das câmaras municipais.

Assim, o historiador pode recorrer mais facilmente ao método comparativo ou ao levantamento e análise cruzada de dados levantados em papéis produzidos por oficiais e funcionários de vilas ou cidades situadas em capitâncias ou macro-regiões distintas, como o centro-sul e as capitâncias do norte.

O recurso a tais metodologias poderá contribuir para o surgimento ou aprofundamento de problemáticas ou hipóteses sobre um dos temas que mais tem se beneficiado da atenção da historiografia nos últimos anos. .

Alguns dos potenciais de pesquisa oferecidos por esta documentação e que serão discutidos neste artigo **já vem sendo** tangenciados pela produção historiográfica, como o da interlocução e as disputas entre câmaras de vilas e cidades distintas², o que vai além da abordagem mais comum e verticalizada da comunicação ou rivalidade dos governos locais com autoridades régias, rei, Conselho Ultramarino e secretários de estado.

O uso dos escritos municipais digitalizados que fazem parte do acervo do Ultramarino, agora com acesso unificado aos seus verbetes em um catálogo temático, pode contribuir para a superação da abordagem monográfica sobre o tema das câmaras, em favor daquelas que enfatizem a ação política colaborativa entre estas instâncias de governo local e para aprimorar conclusões que já vem medindo a consistência do poder e autoridade destas instituições a partir de outros recortes cronológicos e abordagens mais abrangentes, que englobem mais de uma câmara.

Esta ferramenta de pesquisa também viabiliza a aplicação de um dos tipos de análise menos empregadas pelo historiadores, a tipológica, que implica na identificação e valorização do tipo de documento, o que significa traçar o seu perfil e função no contexto burocrático-administrativo³.

A quantificação, organização e análise dos tipos documentais que as câmaras mais produziram, em perspectiva regional mais larga, contribuirá para o maior rigor nas conclusões sobre as variações conjunturais do poder, autoridade e auto-governo destas instituições.

1. O impacto dos escritos municipais do AHU na historiografia

Desde a publicação em 2001 do texto "História do Brasil, História Moderna, História do poder e das idéias políticas" que lançou algumas linhas de investigação sobre poderes locais e dentro deste, o do governo local das câmaras, uma vasta produção de dissertações e teses sobre o assunto surgiu em vários programas de Pós-Graduação do país.

Na ocasião da publicação deste texto, em horizonte historiográfico crucial de renovação da

sil-colônia no acervo do Conselho Ultramarino", selo Cultura Acadêmica da Editora UNESP, 2014. E-book acessível para download gratuito pelo endereço http://www.culturaacademica.com.br/catalogo-detalhe.asp?ct_id=455. Acesso em 22 de fevereiro de 2016.

2 Nauk Maria de Jesus. *Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2006; Adriano Comissoli. *Os "homens bons" e a câmara de Porto Alegre (1767-1808)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 2006; Denise A Soares de Moura. "Comércio de Abastecimento e conflitos inter-camarários entre Santos e São Paulo (1765-1822)". In: Andréa Doré e Antonio César de Almeida Santos. *Temas Setecentistas. Governos e populações no Império português*. Curitiba: UFPR/SCHILA-Fundação Araucária, 2009, pp. 517-534; Caroline Silva Severino. *A dinâmica do poder e da autoridade na comarca de Paranaguá e Curitiba, 1765-1822*. Dissertação de Mestrado. Franca: UNESP, 2009.

3 Heloisa Liberalli Bellotto. *Como fazer análise diplomática e tipológica de documento de arquivo*. São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

interpretação sobre o Brasil-colônia⁴, Maria Fernanda Bicalho, dialogando com a tradição anglo-saxã e portuguesa e problematizando a abordagem do pouco que já havia sido escrito no Brasil sobre o assunto⁵ propôs uma agenda de trabalho com questões para serem tratadas através do enfoque teórico-conceitual das práticas políticas do Antigo Regime português.

Assim, como linhas de investigação e temas a autora sugeriu:

- (1) as formas de acesso aos cargos concelhios como parte da estratégia de ascensão social, de possuir poder e controle sobre um dos principais veículos institucionais de negociação com a Coroa;
- (2) os limites entre "a regularidade da legislação e das normas institucionais, e a singularidade de sua 'adaptação' e funcionamento nas diferentes regiões ultramarinas"⁶;
- (3) a formação e consolidação das elites locais, com o objetivo de "discutir suas relações, conexões e negociações com outras elites – tanto reinóis, quanto de diferentes regiões e 'conquistas' ultramarinas – e com a administração e o poder central"⁷;
- (4) valorizar a perspectiva comparativa na investigação das câmaras das diferentes vilas e cidades no sentido de identificar as estratégias de atuação e negociação das elites locais através do uso de certos mecanismos de defesa de seus interesses, como as petições e representações;
- (5) os conflitos e negociações entre oficiais das câmaras municipais e os diversos funcionários régios, como maneira de entender a dinâmica das relações locais com o sistema imperial português;
- (6) as transformações operadas nos "mecanismos de interlocução câmara-Corona", bem como de representação e de negociação, no contexto de centralização política do Império iniciado com a Restauração (1640) e que se estendeu até o início do século XIX.

Ao longo de quinze anos pode-se concluir que esta agenda de trabalho foi em grande medida cumprida, com o desenvolvimento de pesquisas sobre câmaras municipais situadas em vilas e cidades das grandes regiões do Brasil-colônia, como o Grã-Pará e Maranhão, as capitâncias do norte, as áreas de fronteira ocidental e meridional, os sertões minerais e o centro-sul.

As três características principais que podem ser destacadas nestes trabalhos são: a aplicação do referencial teórico-conceitual do Antigo Regime português na investigação, na análise dos resultados e nas conclusões alcançadas; o foco cronológico em grande medida concentrado no século XVIII⁸ e a abordagem monográfica do tema.

4 João Fragoso; Maria de Fátima Gouvêa e Maria Fernanda Bicalho. "Uma leitura do Brasil colonial: bases da materialidade e da governabilidade no Império". *Penélope*, 23, (2000), pp. 67-88; João Luís Ribeiro Fragoso; Maria de Fátima Gouvêa e Maria Fernanda Bicalho. *O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2001.

5 Charles Boxer. *Portuguese Society in the tropics: the municipal concils of Goa, Macau, Bahia and Luanda, 1580-1800*. The University of Wisconsin Press, Madison and Milwaukee, 1965; Charles Boxer. "Conselheiros municipais e irmãos de caridade". In: *O Império Marítimo Português: 1415-1825*. Trad. Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, pp. 286-308; John Russell-Wood. "O governo local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural". *Revista de História*, 9, (jan/março 1977): pp. 25-79; Joaquim Romero Magalhães e Maria Helena da Cruz Coelho. *O poder concelhio: das origens às cortes constituintes. Notas da História Social*. Coimbra, Edição do Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986; Caio Prado Jr.. "Administração". In *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Ed. Martins, 1942, pp. 296-339; Raymundo Faoro. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5ª ed., Porto Alegre, Globo, vol. 1, 1979.

6 Maria Fernanda Bicalho. "História do Brasil. História Moderna. História do Poder e das idéias políticas". In; J. J. Arruda e Luís Adão Fonseca (orgs.) *Brasil-Portugal. História. Agenda para o milênio*. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo: FAPESP; Portugal: ICCTI, 2001, p. 149.

7 Idem, pp. 150-151.

8 Em meio a uma vasta produção que poderá ser vista ao longo deste texto, destaco como exceções: Fernanda Trindade Luciani. *Municípios e escabinos: poder local e guerra de restauração no Brasil holandês (1630-1654)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH-USP, 2007; Carlos Alberto Ximenes. *Sob a mira da câmara: viver e trabalhar na cidade de São Luís (1644-1692)*. Tese de Doutorado. Niterói, UFF, 2010 e Helidacy Maria Muniz Corrêa. "Para aumento da conquista e bom governo dos moradores": o papel da câmara de São Luís na conquista, defesa e organização do território do Maranhão (1615-1668). Tese de Doutorado. Niterói, UFF, 2011.

Este último aspecto pode ser tributado à herança da tradição historiográfica portuguesa⁹, que influenciou a retomada de pesquisas sobre o assunto no Brasil e à pulverização dos escritos das câmaras pelos arquivos municipais, estaduais e nos inventários de verbetes de documentos enviados pelas capitâncias para o Conselho Ultramarino em Lisboa. Mesmo pesquisas concluídas mais recentemente ainda conservam a abordagem monográfica.¹⁰

Ainda assim é inegável o alto nível de aprimoramento alcançado pela interpretação histórica sobre a atuação de um pilar chave de sustentação de um Império de dimensão global, como o português. As correspondências de autoria ou que tiveram as câmaras municipais como principal assunto, produzidas entre 1642-1822 e que fazem parte do acervo do Conselho Ultramarino foram responsáveis por preencher lacunas deixadas pela documentação local, pois as Atas e Registros de muitas câmaras do Brasil foram perdidos ou não devidamente conservados.

Apesar de a historiografia apontar para uma perda de importância do Conselho Ultramarino a partir de 1736, quando foi criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, a comunicação das câmaras com este órgão ainda permaneceu em números elevados, o que indica a importância e pesquisa do material gerado.

Uma quantificação aproximada da produção destes escritos entre 1642 -1736 e no período posterior, ou seja de 1737 a 1822, algo que pode ser feito a partir do catálogo temático apresentado neste artigo, poderia medir com maiores sustentação empírica o impacto da criação desta Secretaria sobre a interlocução câmaras-reino.

No uso que os historiadores fizeram deste material até o momento certamente uma das maiores inovações foi o de evidenciar a dimensão imperial de instituições que muitas vezes estavam situadas nos pontos mais remotos dos sertões e fronteiras do território.

As políticas administrativas da Coroa portuguesa em relação a regiões com características tão distintas, como ocorria no caso do Brasil, foram construídas e se serviram amplamente do fluxo da comunicação das câmaras com o rei¹¹, cujos papéis, que totalizam 3.096 escritos diretamente pela pena dos escrivães em nome de oficiais ou funcionários municipais – diagnosticavam problemas das mais distintas naturezas – econômicos, populacionais, calamidades climáticas, epidemias, esgotamento de recursos naturais, riscos reais ou imaginários de invasões estrangeiras – nas fronteiras e sertões e forneciam informações sobre o seu funcionamento interno, como suas receitas e despesas.¹²

Através destes escritos municipais sediados em um órgão central da administração portuguesa, como o Conselho Ultramarino, os pesquisadores tiveram acesso a um corpo documental que lhes deu mais subsídios empíricos para conceituar os agentes municipais. Assim, puderam identificar aqueles que se beneficiaram de concessões diversas, como patentes militares, pensões ou terras¹³.

9 Para um apanhado desta historiografia recomendo Mafalda Soares da Cunha e Teresa Fonseca (orgs). *Os municípios no Portugal Moderno: dos forais manuelinos às reformas liberais*. Évora, Edições Colibri/CIDEHUS/EU, 2005, especialmente o ensaio de Francisco Ribeiro da Silva, que traz um inventário desta produção, pp. 9-38.

10 Arthur Almeida Santos de Carvalho Curvelo. *O senado da Câmara de Alagoas do sul: governança e poder local no sul de Pernambuco (1654-1751)*. Dissertação de Mestrado. Recife, UFPE, 2014. Este é o caso também do dossier administração municipal da *Revista História*, Rio de Janeiro, volume 1, 2014.

11 João Fragoso, e Maria de Fátima Gouvêa. "Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América Lusa nos séculos XVI-XVIII". *Tempo*, 27, (dez. 2009), p. 46.

12 Nauk Maria de Jesus. *op. cit.*, pág. 135; Livia Nascimento Monteiro. *Administrando o bem comum: os "Homens bons" e a câmara de São João del Rey, 1730-1760*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010, p. 111; Avanete Pereira Sousa. *Poder local, cidade e atividades econômicas (Bahia, século XVIII)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH - USP, 2003; George Félix Cabral de Souza. *Elite y ejercicio del poder en el Brasil colonial: la Câmara municipal de Recife (1710-1822)*. Tesis Doctoral, Salamanca, Universidad de Salamanca, 2007.

13 Fernanda Fioravante. "O perfil social dos oficiais camarários e o padrão de ocupação dos postos da câmara, Vila Rica c. 1711- c.1736". *Almanack Brazilicense*, 8, (2005): pp. 71-91; Christiane Figueiredo Pagano de Mello. "A disputa pelos 'principais e mais distintos moradores': as câmaras municipais e os corpos militares". *Varia História*, 33, (janeiro-2005): p. 219; pp. 219-233; Adriano Comissoli. "Tem servido na governança , e tem todas as qualidades para continuar": perfil social de oficiais da câmara de Porto Alegre (1767-1828)". *Topoi*, 25 (julho-dezembro 2012): pp. 77-93; Adriano Comissoli. "Os "homens bons...", *op. cit.*, p. 76; Maria Aparecida de Menezes Borrego. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo (1711-1765)*. São Paulo, Ed. Alameda, 2010; Gabriel Nogueira. *Fazer-se nobre nas firmárias do Império: práticas de*

Com isto a historiografia conseguiu alcançar uma visão plural das elites municipais na colônia, que se distinguiam de acordo com as características de colonização das regiões, ou seja, se de ocupação antiga – as áreas litorâneas, recente – no caso dos sertões e fronteiras - ou fortemente ocupada por população indígena. Embora alguns agentes do governo municipal tenham sido algo de investigação individualizada e alcançado conceituação exaustiva¹⁴, outros ainda aguardam investigação mais apurada de seu perfil, papel e ações, como os procuradores encarregados de representar os interesses dos municípios na corte, em Lisboa.¹⁵

Certamente um assunto que muito contribuiria para a discussão sobre o poder e governo local das câmaras é o do envio destes oficiais para Lisboa. Estes representantes podem ser rastreados pelas instituições municipais de todas as capitania, seus nomes podem compor um banco de informações.

Munido desses nomes os pesquisadores podem rastreá-los nos inventários dos verbetes da documentação do Conselho Ultramarino individualizados por capitania. A partir daí será possível construir um cenário deste representante com tal nível de importância que muitas vezes levou várias câmaras de uma mesma região a se juntarem para arcar com os custos de sua viagem e salário.

Também poderão ser identificadas em que conjunturas estes procuradores foram enviados para Lisboa, de modo que seja facilitado o trabalho posterior com as Atas destas reuniões. Há vários documentos no catálogo temático que permitem começar este tipo de trabalho.¹⁶

Do ponto de vista de oficiais e funcionários municipais que atuavam a partir da colônia a historiografia fez um exaustivo levantamento da atuação que tiveram em torno de certas demandas, embora em dimensão local, dado o caráter monográfico das pesquisas, tais como a da liberação do comércio de certas mercadorias, anistia ao pagamento de certos tributos, repasse para os cofres municipais de recursos gerados em outras taxas **públicas, como as** das travessias de rios.

Algumas demandas podem ter tido perfil eminentemente local, como a solicitação que os camaristas de Porto Alegre fizeram a rainha D. Maria para liberar os pais de filhos em idade de serviço militar do decreto imposto por D. José I, que os proibia de formar seus filhos na carreira eclesiástica¹⁷. Outras diziam respeito à declaração de bom governo ou solicitação da permanência de funcionários civis ou religiosos em seus cargos¹⁸, bem como a denúncia de seus desvios e as oposições e controvérsias que surgiam entre seus projetos e os interesses municipais.¹⁹ Esta documentação também permitiu a alguns historiadores levantar

nobilização e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1804). Dissertação de Mestrado. Ceará, UFP, 2010, pp. 14, 17; Livia Monteiro, *op. cit.*, pp. 55-56; Michele Cardoso Brandão. *Forjando status e construindo autoridade: perfil dos homens bons e formação da primeira elite social em Vila do Carmo (1711-36)*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora, UFJF, 2009, pp. 58, 84. Para uma original constatação da existência de câmaras formadas por oficiais e funcionários índios na América portuguesa ver Fátima Martins Lopes. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório pombalino no século XVIII*. Tese de doutorado. Recife, UFPE, 2005, e Rafael Ale Rocha. *Os oficiais índios na Amazônia pombalina: sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798)*. Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF, 2009.

14 Thiago Enes. *Como administrar cidades e governar impérios: almotaçaria portuguesa, os mineiros e o poder (1745-1808)*. Dissertação de Mestrado. Niterói, UFF, 2010; Ricardo Schmachtenberg. "A arte de governar": redes de poder e relações familiares entre os juízes almotacés na câmara municipal de Rio Pardo/RS, 1811-c.1830. Tese de Doutorado. São Leopoldo, UNISINOS, 2012.

15 Adriano Comissoli. *Os "homens bons"*, *op.cit.*, p. 105.

16 1655, setembro, 24, Lisboa. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV sobre requerimento dos oficiais da câmara da cidade do Rio de Janeiro, acerca da despesa feita com Francisco da Costa Barros, enviado à corte como procurador desta praça. AHU-Rio de Janeiro, cx. 3, doc. 80. AHU_ACL CU_017, cx 3, D. 273; [ant.1804, julho, 6]. Requerimento do procurador do Senado da Câmara do Rio de Janeiro na corte, bacharel Manoel Caetano de Carvalho e Matos, ao príncipe regente [D. João], solicitando provisão de confirmação de procurador e de partido. Anexo: certidão, procuração (traslado), ofício (traslado). AHU-Rio de Janeiro, cx. 213, doc. 44. AHU_ACL CU_017_cx .219, D. 15066; 1726, julho, 6, Vila Santo Antonio de Sá. Carta dos oficiais da câmara da vila de Santo Antonio de Sá, ao rei [D. João V] sobre o cumprimento da ordem para informar o salário do negociante e procurador daquela câmara, Sebastião Dias da Silva e Caldas em suas viagens à corte para tratar de assuntos da Câmara. AHU-Rio de Janeiro, cx. 18, doc. 20. AHU_ACL CU_017_cx. 17_D 1848; [ant. 1697, outubro, 26, Paraíba] Requerimento dos oficiais da câmara da Paraíba, ao rei ([D. Pedro II], solicitando ordem para levar em conta a propina com que assistem ao seu procurador na corte, devendo ser a mesma de quarenta mil réis, AHU-Paraíba, cx. 5, doc (?), AHU_ACL CU_014_cx 3_D. 212. Denise A Soares de Moura. *Nas ondas...*, *op. cit.*, pp. 947, 943, 885, 584.

17 Adriano Comissoli. *Os "homens bons"...*, *op. cit.*, p. 136.

18 Nauk Maria de Jesus, *op. cit.*, p. 107, 380; Caroline Silva Severino, *op. cit.*, p. 41

19 Caroline Silva Severino, *op. cit.*, p. 42; Mário Meira. *A câmara municipal do Rio de Janeiro, das invasões corsárias ao governo de Luis Vahia Monteiro (1710 a 1732): uma história de conflitos pelo uso do território colonial*. Dissertação de Mestrado. São Gonçalo, Rio de Janeiro, UERJ, 2010, pp. 26, 76, 86, 98.

a auto-percepção que os habitantes da colônia tinham de si.²⁰

2. Da interlocução vertical com o centro para uma rede comunicativa interna: proposta para uma abordagem horizontalizada

A possibilidade de visualizar e trabalhar com todos os escritos municipais do acervo do Conselho Ultramarino pode levar o pesquisador a identificar uma rede comunicativa interna na colônia que certamente teve tanta influência sobre o processo de constituição das câmaras como centros de poder quase autônomos, quanto a interlocução verticalizada com os poderes centrais. Um esforço de investigação e análise horizontalizado como este pode ainda não ter sido feito porque a documentação destas instituições encontra-se dispersa nos arquivos municipais ou individualizada nos inventários de verbetes de documentos do Projeto Resgate.

Nas cartas para o rei, nas representações e ofícios remetidos para o Conselho Ultramarino e nas correspondências de governadores que tiveram as câmaras como assunto percebe-se o quanto estas instituições se norteavam pelas ações umas das outras, citando-se nominalmente²¹. De um modo geral os pesquisadores têm tangenciado este aspecto de uma comunicabilidade multipolar do governo municipal.

A câmara de uma vila litorânea pequena, como a do porto de Santos, demandou ao Rei sobre a elevação do seu status a Senado tomando como parâmetro a câmara da cidade de São Paulo.²² A câmara de Porto Alegre solicitou o repasse de valores de tributos cobrados sobre travessias de rios para a construção de prédios públicos, informada no que já ocorria na vila de Jacareí. Na Vila Real do Cuiabá os camaristas representaram ao rei solicitando que os valores de suas contribuições pudessem ser semelhantes aos de Minas Gerais.²³

William Funchal, em pesquisa de Iniciação Científica sobre o impacto da transferência de poderes da Bahia para o Rio de Janeiro, iniciada no final do século XVII quando esta cidade foi elevada a bispado (1676) e sede da Repartição do sul (1679) constatou o quanto o status e as condições políticas e das finanças da câmara de Salvador foram referência para a câmara carioca definir suas demandas e construir os argumentos dos seus escritos públicos dirigidos ao centro.

Questões como estas pressupõem a existência de uma rede informativa horizontal que fazia com que as câmaras municipais norteassem suas demandas, ações e interlocução com o rei e o Conselho e que pode ser reconstruída através da seleção, leitura e organização de escritos municipais que fazem parte do acervo do Conselho Ultramarino.

Um aspecto ainda não estudado: a representação coletiva das câmaras municipais. A abordagem monográfica do tema impediu o historiador de contemplar este aspecto, que pode explicar com mais rigor o poder de pressão que estas instituições possuíam em relação aos poderes centrais²⁴. Possivelmente e em

20 Nauk Maria de Jesus, *op. cit.*, pp. 30-32.

21 1789, Setembro, 16, Vila Boa. CARTA dos oficiais da Câmara de Vila Boa à rainha [D. Maria I], sobre a necessidade de se ampliar os seus salários em relação aos oficiais das Câmaras de Minas Gerais e Rio de Janeiro, pelo fato da grande distância que existe de Goiás até aos portos do mar encarecendo os preços dos alimentos e vestuários. Anexos: 2 docs. AHU-Goiás AHU_ACL CU_008, Cx. 37, D. 2316. In: Denise A Soares de Moura. *Nas ondas.... op. cit.*, p. 225.

22 1768, Junho, 25, vila de Santos. CARTA dos oficiais da Câmara da vila de Santos ao rei [D. José I], reclamando pelo fato de já não terem os privilégios que tinham antigamente, de receberem certos rendimentos ou serem isentos de certos pagamentos, embora oficiais de outras câmaras ainda os tivessem. Anexo: 2 requerimentos, representação. AHU-São Paulo, cx. 5, doc. 21, 22. AHU_ACL CU_023, Cx. 5, D. 337. In: Idem, p. 1117.

23 Adriano Comissoli. Os "homens bons"..., *op. cit.*, p. 141; Nauk Maria de Jesus, *op.cit.*, p. 136.

24 1727, 7, 19 – Vila Rica. Representação dos oficiais das Câmaras de Vila Real e de Vila Rica sobre as irregularidades e pouca demora das frotas do Rio de Janeiro para Portugal, o que dificulta o envio do ouro. AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 11, Doc.: 3; Representações das Câmaras da Vila Nova da Rainha e da Vila do Sabará, relativas ao pagamento da derrama. Em anexo: vários documentos. AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 86, Doc.: 27. AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 11, Doc.: 31; 1770, 10, 6 – Representação

certas conjunturas este poder não foi egocentrado.

O rastreamento das representações coletivas das câmaras na documentação do Conselho Ultramarino faz parte de um tipo de abordagem horizontalizada da interlocução para melhor compreender a natureza da comunicação no Império, que certamente foi algo mais complexo do que a mera relação bipolarizada.

Neste caso, os historiadores poderiam também medir as diferenças regionais desta comunicação multipolarizada na colônia, problematizando se esta prática teria sido mais comum em certas regiões ou em conjunturas específicas do Império.

3. O recurso ao método comparativo na pesquisa sobre as câmaras no Brasil

Embora o método comparativo possa levar o historiador a perder de vista a formação e existência inter-relacionada dos processos e unidades históricas ele contribui para que se evite os riscos da idiossincrasia e das falsas relações causais na interpretação histórica e para uma abordagem e tratamento não paroquial dos temas da História.

Segundo Pimenta, a comparação é um "método útil", mas o historiador deve estar alerta para não cair em uma de suas armadilhas básicas: a de "isolar e reificar unidades históricas de análise retirando-as de um contexto geral que lhes confere significado"²⁵

De qualquer modo, o inventário das diferenças e singularidades das câmaras é um recurso metodológico relevante, tendo em vista a diversidade regional do Brasil que influenciou a própria dinâmica social, política, econômica e administrativa da face americana do Império português, fazendo-o, inclusive, mais ibérico do que luso a partir do centro-sul²⁶.

As vilas e cidades situadas em áreas marítimas, de fronteira, nos sertões de vacaria ou minerais colocaram dificuldades, problemas, desafios, ambientes político-sociais diferentes para as instituições de governo local e a partir da contraposição de seus contrastes e singularidades poderão surgir interpretações de síntese que contribuam para futuras pesquisas de escopo mais largo, que visem abordagens comparativas com as instituições municipais da América hispânica e anglo-saxã.

Os escritos de autoria dos oficiais e funcionários das câmaras podem, portanto, ser organizados por assuntos, tipologias, pode ser medida a frequência de sua comunicabilidade com o rei e o Conselho nas conjunturas específicas. Estas são apenas algumas idéia que atendem, portanto, a um alerta levantado por Fernanda Bicalho em 2011, ou seja, o de que "o acesso à totalidade desta documentação [do Conselho Ultramarino] permite o exercício de uma história comparativa dos poderes locais e de seu relacionamento com o poder central"²⁷

dos oficiais da Câmara da Vila de São José, a D. José I, dando conta das queixas formuladas pelas Câmaras da Vila de Itu e da Vila Rica do Ouro Preto, respeitantes aos excessos cometidos pelos párocos na cobrança das conhecências. AHU – Cons. Ultram. – Brasil/MG – Cx.: 98, Doc. 51; 1696, dezembro, 12, Lisboa. CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. Pedro II, sobre a carta dos oficiais das Câmaras da Paraíba e de Pernambuco acerca do cumprimento da ordem relativa ao peso das caixas de açúcar. Anexo: 1 doc. AHU-Paraíba, cx. 5, doc. AHU_ACL CU_014, Cx. 3, D. 203. Denise A Soares de Moura. *Nas ondas...*, op. cit, pp. 351, 425, 433, 606.

25 João Paulo Garrido Pimenta. "História dos conceitos e História comparada: elementos para um debate". *Almanack Brasiliense*, 7, (maio de 2008), p. 58.

26 Para esta afirmação levo em consideração o contexto das relações trans-imperiais, do ponto de vista econômico, político, cultural e dos movimentos humanos, historicamente formados na extensão territorial do Rio de Janeiro ao Rio Grande. Esta região, inclusive, esteve inserida em mesma corrente climático-marítima, o que favoreceu a sua formação conectada. Cf. Denise Moura. Porto da Vila de Santos. *BiblioAtlas*, site do Atlas Digital da América Lusa, disponível em: lhs.unb.br/biblioatlas/Porto_da_Vila_de_Santos. Acesso em 22 de fevereiro de 2016; Fabrício Prado. *In the Shadows of Empires: trans-imperial networks and colonial identity in Bourboun Rio de la Plata (c. 1750-c. 1813)*. Tese de Doutorado. Atlanta, Emory University, 2009; Tiago Gil. *Infiéis transgressores: élites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2007; Fábio Kuhn. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVIII*. Tese de Doutorado Niterói, UFF, 2006.

27 Maria Fernanda Baptista Bicalho, op. cit., p. 156.

4. As câmaras como instrumento de fiscalização dos poderes intermediários do Império

Já na colônia as instituições públicas se constituíam como agências de fiscalização e denúncia dos desvios de comportamento público dos funcionários do Império. A palavra corrupção, embora não apareça nos escritos da época, fazia parte de seu vocabulário. O verbete corrupção, do dicionarista Raphael Bluteau define a palavra como "suspensão do concurso conservativo e introdução de qualidades alterantes e destrutivas". Bluteau faz referência também à "corrupção dos costumes" e "corrupção do juiz ou da Justiça", esta última definição remetendo mais diretamente para as instituições públicas.

Como umas das poucas instituições cujos oficiais e funcionários tinham ritmo de continuidade na administração pública e eram exclusivamente de escolha colonial, as câmaras certamente tiveram um papel fiscalizatório e de combate aos comportamentos desviantes dos funcionários régios que já vem sendo alertado pela historiografia, mas ainda em perspectiva monográfica²⁸. Certamente um dos maiores desafios da historiografia atual é pensar a problemática da corrupção no quadro mais largo das referências da cultura política do antigo regime português²⁹.

Dentro da temática comum na produção historiográfica sobre o tema do governo das câmaras municipais pode estar o de conceituar este seu papel na perspectiva mais ampla do Brasil-colônia. O confronto de todos os escritos das câmaras no Conselho Ultramarino que tratam das denúncias de desvios pode levar a uma problematização mais larga do assunto, até o momento relacionado ao universo de interesse local de *bandos* e elites.

A denúncia que os camaristas de Belém fizeram contra a atitude dos religiosos da Ordem de Nossa Senhora do Carmo e seus missionários de saldarem suas dívidas com "peças de gentio"³⁰ é um exemplo, pois indica que os colonos não fizeram da câmara uma simples porta-voz de seus interesses de uso da força de trabalho das populações nativas contra o projeto evangelizador de missionários-jesuítas. Um documento como este evidencia a ação de denúncia da câmara em relação às iniciativas patrimoniais dos missionários sobre os índios.

Certamente existiu na colônia e em conjunturas específicas grupos de mando e autoridade que emergiram e tiveram preocupações mais voltadas para a modernização das instituições públicas. Para comprovar ou não tal idéia o historiador pode levantar por todos os escritos municipais do Brasil ações como esta da câmara de Belém, verificando seu nível de repetição na mesma conjuntura e qual o perfil dos envolvidos nas denúncias.

Este esforço modernizador parece ficar evidenciado no empenho para a criação do cargo de juiz de fora dos órfãos na câmara da Bahia. Ações como estas poderiam ser verificadas em outras regiões economicamente importantes como Pernambuco, Rio de Janeiro e Minas Gerais³¹.

5. A tipologia documental como dado empírico aprimorando a interpretação histórica

28 Nauk Maria de Jesus, *op. cit.* pp. 179, 189; Caroline Silva Severino, *op. cit.*, pp. 42-44; Tiago Enes, *op. cit.* pp. 15-16.

29 Rodrigo Bentes Monteiro. *O rei no espelho: monarquia portuguesa e a colonização da América: 1640-1720*. São Paulo, Editora HUCITEC/FAPESP, 2002.

30 1737, outubro, 10, Belém do Pará. Carta do ouvidor-geral síndico da capitania do Pará, Manuel Antunes da Fonseca, para o rei [D. João V] sobre a denúncia que os oficiais do Senado da câmara da cidade de Belém do Pará fizeram contra os religiosos da Ordem de Nossa Senhora do Carmo e seus missionários porque estes pagavam suas dívidas com peças do gentio. AHU_ACL CU_013_cx. 20., D. 1879. In: Denise A Soares de Moura. *Nas ondas...*, *op. cit.*, p. 558.

31 1724, maio, 24, Lisboa. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre o pedido do ouvidor e provedor da cidade da Bahia, Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira, para se criar o ofício de juiz de fora dos órfãos da comarca da Bahia. AHU-Bahia, cx 16, doc. 78, AHU_ACL CU_005_cx. 19, D. 1702; 1726, Julho, 1, Lisboa, Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre o que responde o [vice-rei e capitão-general do Estado do Brasil], conde de Sabugosa, Vasco Fernandes César de Menezes, acerca dos prejuízos que se seguiram de servir o juiz de fora da cidade da Bahia juntamente o lugar de juiz dos órfãos. Anexo: carta (cópia), AHU-Bahia, cx. 23, doc. 52, AHU_ACL CU_005, cx. 27 D. 2440. In: Denise A Soares de Moura. *Nas ondas...* op. cit., págs. 90.

O fluxo comunicativo das câmaras com o rei e o Conselho foi permeado por documentos de diversos tipos, como ofícios, relações, certidões, representações, recibos, extratos, cartas, requerimentos.

Dentro destas tipologias documentais podem existir ainda outros tipos. Muitas vezes dentro de um requerimento há certidões, como ocorreu com o requerimento de prorrogação de permanência no cargo de escrivão, de Antonio José da Rosa, no qual há anexo uma certidão assinada pelo juiz ordinário comprovando seu "bom e notório procedimento"³².

A análise tipológica dos documentos não é muito empregada pelos historiadores, mas é um recurso a mais para qualquer estudo voltado para a compreensão da dinâmica de funcionamento e o poder e autoridade das instituições públicas e seus agentes .

Segundo Heloisa Bellotto a tipologia documental insere o documento em uma série, com dados fixos e variáveis e o "contextualiza nas suas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora".³³ Medir os tipos documentais mais comuns emitidos pelas câmaras de vilas ou cidades das capitâncias ou em certas conjunturas e mesmo refletir sobre a o significado e atribuições de um dado tipo documental poderá contribuir para conclusões mais rigorosas sobre a natureza da interlocução das câmaras com o rei e o Conselho Ultramarino³⁴.

A carta foi um dos instrumentos mais empregados pelas câmaras na comunicação com o rei. O recurso a este tipo de veículo comunicativo era, inclusive, um privilégio no Antigo regime português reservado apenas a algumas instituições e funcionários. Mas as representações foram um tipo documental também bastante empregado, Segundo Bellotto este tipo de documento é usado "no sentido de abaixo-assinado, isto é, apresentando uma queixa ou reclamação"³⁵.

Seria interessante uma pesquisa que pensasse a comunicação das câmaras com Lisboa a partir destes diferentes tipos de documentos. Nesta linha uma questão pode ser feita: na interlocução com Lisboa quais tipos podem ter prevalecido? Cartas ou representações? Em quais conjunturas um pode ter sido mais frequente do que outro?

Na medida em que estes documentos tinham diferentes formatos, do ponto de vista formal (introdução, assinatura), estes aspectos poderiam ser verificados e associados à interpretação da dinâmica de seus poderes. A comparação de seus conteúdos também deve ser feita, inclusive para que possa ser definido com maior rigor o caráter de queixa, petionário ou o peso de pressão de um e outro.

Alguns estudos baseados apenas sobre representações revelaram seu conteúdo de oposição às medidas régias e críticas à política do Império³⁶. Mas ainda não foi feita uma pesquisa de caráter mais amplo, que trabalhasse com os tipos de documentos mais comumente empregados pelas câmaras nos intervalos temporais específicos.

6. Conclusão

32 Minas Gerais, ant 1736, janeiro, 13. Caixa 31 doc: 34 emissão: ano A736 mês: 1, dia 13 local: código 2677. Requerimento de Antonio José da Rosa, pedindo a prorrogação, por mais um ano, de sua serventia no ofício de escrivão da câmara e almotaçaria da vila de São José e Comarca do Rio das Mortes. Em anexo: um bilhete; 1 Certidão. In: Denise A Soares de Moura. *Nas ondas...*, op. cit, p. 370.

33 Heloisa Liberalli Bellotto, *op. cit.*, p. 19.

34 Para um levantamento específico de tipologias da documentação do AHU cf. José Joaquim Sintra Martinheira. "Os documentos d'El Rei". *Revista do Arquivo Públco Mineiro*. 2, pp. 131-145 e Jobson A Arruda. *Documentos Manuscritos avulsos da capitania de São Paulo (1664-1830)*. Catálogo 1. Bauru: São Paulo, EDUSC: FAPESP, IMESP, 2000.

35 Heloisa Liberalli Bellotto, *op. cit.*, p. 86.

36 Marilda Santana da Silva. "O Senado da Câmara de Vila Rica e sua relação política com a Coroa portuguesa na segunda metade do século XVIII". *Varia História*, 33, (janeiro-2005), pp. 203-218.

A reorganização das ferramentas de pesquisa já amplamente utilizadas pelos historiadores no ambiente virtual pode contribuir para a criação de novos instrumentos de trabalho, para a ampliação do escopo das abordagens e interpretações e para facilitar a aplicação da trabalhosa metodologia da comparação na investigação histórica.

A reunião dos mais de sete mil verbetes de documentos produzidos ou que tiveram a câmara como assunto em um catálogo digital é apenas uma amostra do que pode ser feito com uma imensa e variada massa documental disponível em formato digital, mas que às vezes apresenta certos limites e dificuldades de uso em virtude da sua disposição fragmentada.

Se as câmaras foram um dos principais pilares da administração do Império português nos domínios, nada melhor do que começar este esforço de reorganização do acesso aos escritos do Conselho Ultramarino pelos produzidos pelas câmaras municipais.

Como visto acima, há muito ainda a ser indagado sobre estas instituições, de modo que possamos alcançar uma definição mais rigorosa e mais ampliada da sua autoridade e poder de sugestão e influência sobre a política do Império português.